



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA**

Processo nº84500633-09.2011.8.06.0026/0

Natureza - Pedido de Providências – Serventuário de Justiça

Requerente – H+ PARTICIPAÇÕES (BRASIL) LTDA.

Requerida – Marly Martins da Justa e Sousa - titular do Cartório do 2º Ofício da Comarca de Trairi (CE).

PARECER

Excelentíssima Senhora Corregedora-Geral da Justiça,

Trata-se de pedido de providências protocolado nesta Casa por **H+ PARTICIPAÇÕES (BRASIL) LTDA.**, no qual noticia a cobrança indevida de emolumentos pela Cartorária **Marly Martins da Justa e Sousa - titular do Cartório do 2º Ofício da Comarca de Trairi (CE)**.

Relatados os autos, passamos a opinar.

Os fatos noticiados neste fascículo processual retratam, **em tese**, cometimento de infração disciplinar por serventuário de justiça que se acha subordinado sob o aspecto disciplinar ao Excelentíssimo Diretor do Foro da Comarca de Trairi (CE).

Sobre o aspecto da competência para o processo e julgamento do caso, cumpre assinalar que o artigo 83 do Código de Divisão e Organização Judiciária do Estado do Ceará - Codojece dispõe acerca das atribuições do Diretor Foro, sendo certo afirmar que, dentre as suas honrosas funções, se destaca a constante na alínea “g”, consistente em **aplicar, quando cabíveis, sanções disciplinares a servidores de justiça, serventuários, empregados destes e do Juízo, e a Juizes de paz, sem prejuízo de igual procedimento dos demais Juizes da comarca nos processos que estes dirigirem.**

A ação correcional do Juiz Diretor do Foro de comarca do interior do Estado do Ceará, segundo as diretrizes traçadas pelo Codojece, pode ser feita, por provocação, ou, de ofício, através da Correição Permanente a que alude o artigo 102 do citado ato normativo. No caso em análise, tem-se que a atividade disciplinar a ser empreendida pelo douto Diretor do Foro da Comarca de Trairi (CE) decorre de provocação formalizada por particular devidamente identificado e qualificado.

A atuação da Corregedoria-Geral da Justiça, **em regra geral**, no tocante à apuração de condutas irregulares praticadas por servidores, serventuários de justiça, empregados deste, Juizes de Paz, que se encontrem sob a supervisão e orientação do Juiz Diretor do Foro de Comarca interiorana, **opera-se de forma excepcional**, quando presentes motivos e circunstâncias que possam impedir a atuação do aludido Magistrado, seja em razão de seu impedimento ou suspeição, seja em decorrência da falta de estrutura no módulo apta a inviabilizar a instauração e o regular processamento da sindicância ou do processo administrativo disciplinar.

Importar rememorar, portanto, que ao magistrado titular da Comarca de Trairi (CE) compete aprofundar a investigação - na esfera administrativa - acerca dos fatos que fundamentaram o pedido de inserido na vestibular endereçado a esta Casa, a fim de que seja melhor aferida a conduta da titular do Cartório anteriormente indicado, na forma requerida pela parte solicitante.

Em razão do exposto, com amparo nos artigos 83, 90 e 102, todos do Código de Divisão e Organização Judiciária do Estado do Ceará, opinamos pelo encaminhamento dos autos ao Excelentíssimo Juiz Diretor do Foro da Comarca de Trairi (CE), para que adote as providências cabíveis e necessárias à elucidação dos fatos acima apontados, na forma prevista no ordenamento positivado, devendo encaminhar relatório circunstanciado a esta Casa Censora, **no prazo de sessenta dias, a contar do recebimento dos autos**, sobre o que restou efetivamente apurado na esfera administrativa.

Sugerimos, ainda, caso acolhido o presente parecer, a cientificação ao representante legal da empresa promovente acerca do encaminhamento do feito ao juízo competente.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Fortaleza, 8 de setembro de 2011.

Francisco Eduardo Torquato Scorsafava
Juiz Corregedor Auxiliar



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**

Processo nº 8500633-09.2011.8.06.0026.

Interessado: H+ PARTICIPAÇÕES (BRASIL) LTDA.

DECISÃO:

Postula a sociedade empresária **H+ PARTICIPAÇÕES (BRASIL) LTDA.** a apuração de suposta cobrança indevida de emolumentos pela titular do 1º Ofício da Comarca de Trairi.

Feito devidamente distribuído para o Dr. FRANCISCO EDUARDO TORQUATO SCORSARFAVA, Juiz Auxiliar desta Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará.

Esse, o relatório, no essencial.

Decido.

Temos no procedimento em exame uma representação contra a titular do 1º Ofício da Comarca de Trairi, por supostamente cobrar emolumentos de forma indevida. Verifica-se, dessa forma, a aplicabilidade ao presente caso das normas contidas nos arts. 83, parágrafo único, alínea g, 90 e

102, do Código de Divisão e Organização Judiciária deste Estado do Ceará.

A Lei 12.342/1994, de 28 de julho de 1994, põe a cargo dos juízes de primeiro grau o exercício da correição permanente em suas unidades jurisdicionais, competindo ao magistrado o dever de fiscalizar a secretaria da Vara, as serventias extrajudiciais, a polícia judiciária e os presídios, “*podendo, no desempenho do seu mister, aplicar sanções disciplinares*” (art. 102, § 1º, do CDOJCE).

Pelo exposto, acolho integralmente o parecer de fls. 18/20 e determino a remessa do presente feito, por meio físico (documentos originais), ao MM. Juiz Diretor do Foro da Comarca de Trairi para que, **no prazo de 15 (quinze) dias**, inicie a apuração do fato relatado na exordial deste pedido de providência, conforme estabelecem os arts. 83, parágrafo único, alínea g, 90 e 120, do Código de Divisão e Organização Judiciária deste Estado do Ceará.

Estabeleço, ainda, o prazo de 60 (sessenta) dias para que seja esta Corregedoria Geral da Justiça comunicada sobre as providências adotadas para o caso. Os prazos assinalados nesta decisão serão acompanhados pela Secretaria Geral desta Casa Correccional.

Expedientes necessários.

Fortaleza, 07 de outubro de 2011.

DESA. EDITE BRINGEL OLINDA ALENCAR
Corregedora-Geral da Justiça